

RELATÓRIO DA
COMISSÃO ARNS DE DIREITOS HUMANOS
2020-2021

COMISSÃO ARNIS



Este relatório é dedicado à memória do arcebispo de São Paulo Dom Paulo Evaristo Arns, que completaria 100 anos em 2021.

SUMÁRIO

Introdução.....	9
Atuação internacional	10
Atuação nacional.....	13
Juntando forças	14
Democracia e liberdades individuais	16
Direito à vida e outros direitos sob a Covid-19	18
Direitos dos povos indígenas e populações tradicionais.....	20
Racismo	22
Violência policial e tortura.....	23
Ameaças a defensores de direitos humanos	25
Direito à memória e à verdade	26
A Comissão Arns na mídia	27

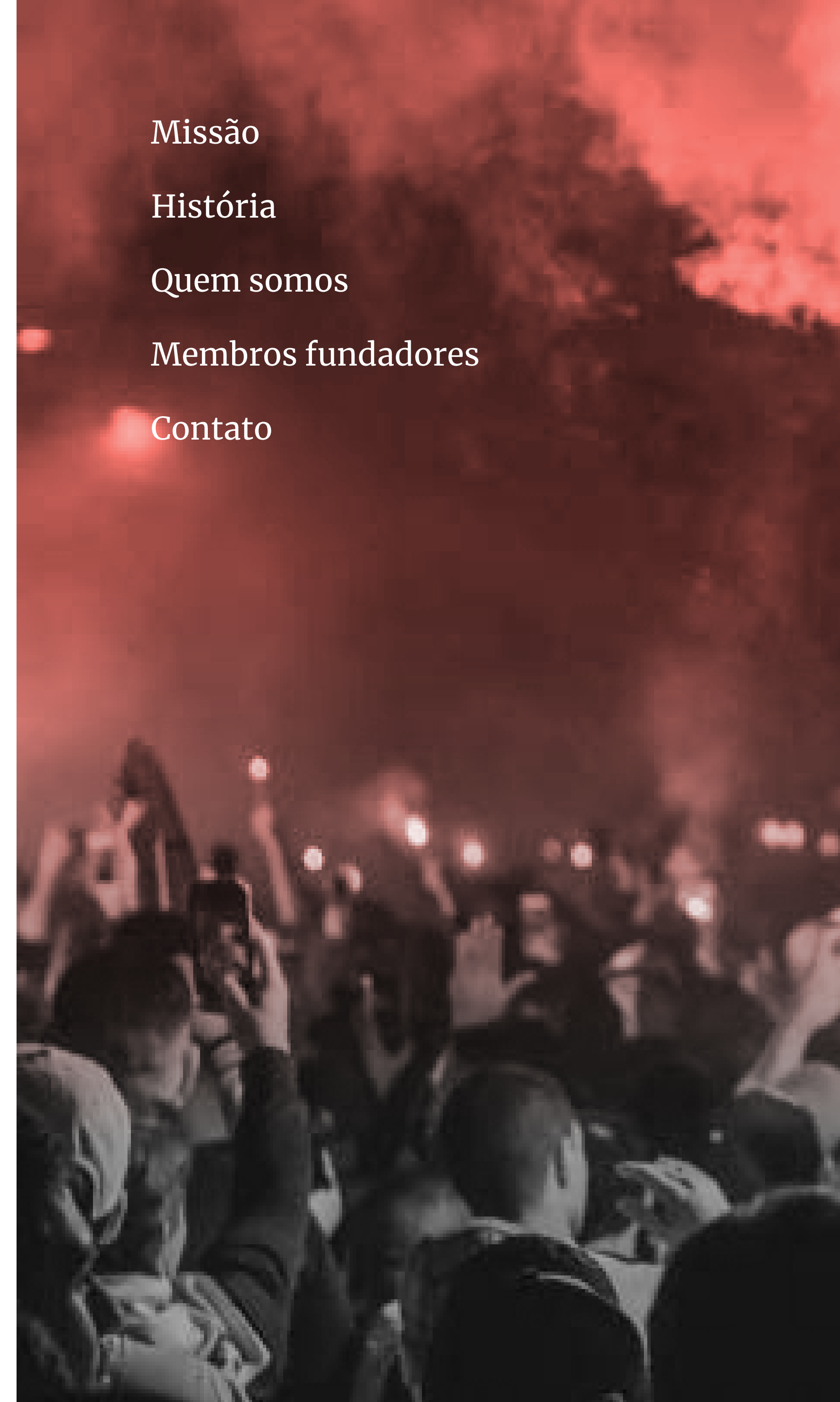
Missão

História

Quem somos

Membros fundadores

Contato



Missão

Acolher, condenar e divulgar graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente as cometidas por agentes do Estado contra pessoas e populações discriminadas. E também dar visibilidade e seguimento jurídico, em instâncias nacionais e internacionais, a casos de graves violações de direitos humanos, propondo-se a trabalhar em rede, de forma articulada com os organismos de defesa já existentes.



História

A Comissão de Defesa dos Direitos Humanos Dom Paulo Evaristo Arns (Comissão Arns) foi fundada em janeiro de 2019 com o objetivo de dar visibilidade e acolhimento a graves violações da integridade física, da liberdade e da dignidade humana, especialmente as cometidas por agentes do Estado contra pessoas e populações discriminadas, como negros, indígenas, quilombolas, pessoas LGBTQIA+, mulheres, jovens, comunidades urbanas ou rurais em situação de extrema pobreza.



Quem somos

Somos uma organização da sociedade civil composta por juristas, intelectuais, jornalistas, ativistas apartidários e voluntários na defesa dos direitos humanos. O grupo, formado por 22 democratas, atua de forma voluntária, suprapartidária, ao lado de milhares de defensores de direitos humanos pelo país.



Membros fundadores



José Carlos Dias
Presidente



Margarida Genevois
Presidente de honra



Ailton Krenak



André
Singer



Antonio
Claudio Mariz
de Oliveira



Belisário dos
Santos Jr.



Claudia
Costin



Dalmo de
Abreu Dallari



Fábio Konder
Comparato



José
Gregori



José
Vicente



Laura
Greenhalgh



Luiz Carlos
Bresser-
Pereira



Luiz Felipe de
Alencastro



Manuela Ligeti
Carneiro da Cunha



Maria
Hermínia
Tavares de
Almeida



Maria
Victoria de
Mesquita
Benevides



Oscar Vilhena
Vieira



Paulo Sérgio
Pinheiro



Paulo
Vannuchi



Sueli
Carneiro



Vladimir
Safatle

Conselho Fiscal

Cláudia Costin
Lilian Furquim C. de Andrade
Lucia Fernandez Hauptman

Diretoria Executiva

Laura Greenhalgh

Secretaria Executiva

André Alcântara

Grupo de Apoio Voluntário

Andrés Martano (Consultoria web)
Bruna Lavinas Falleiros
Christine Engelberg (Design)
Leana Naiman Bergel
Silvia Lopes Menezes
Sofia Antonelli Amaral

Comunicação

Analítica (Comunicação institucional)
Áurea Lopes (Comunicação digital)
Ricardo Oliveira (Webmaster)

INTRODUÇÃO

Este relatório narra as atividades da Comissão Arns (CA) de março de 2020 a fevereiro de 2021. Foi um período dominado pela tragédia humana provocada pela Covid-19, agravada pela irresponsabilidade e incompetência como a pandemia foi tratada pelo governo federal, que, hoje se sabe, apostou na imunidade de rebanho. E, em consequência, procurou solapar todas as medidas recomendadas por cientistas e especialistas: isolamento social, uso de máscaras, testagem em massa e vacinação.

Foi também um período agitado por sucessivas tentativas do presidente da República de testar os limites das instituições democráticas por meio de discursos que disseminaram a cizânia, produziram enfrentamento descabido com os poderes da República – especialmente com o Supremo Tribunal Federal – e com governos subnacionais, buscando, enfim, engrossar o caldo da polarização política que o beneficia tanto quanto prejudica o país.

Assim, a defesa da democracia e das liberdades e a afirmação do direito à vida

sob a pandemia foram as questões centrais a motivar a ação da Comissão no país e nos foros internacionais, atuando sozinha ou em parceria com organizações da sociedade civil.

A elas, somam-se temas que formam a pauta permanente dos direitos humanos no país: a defesa dos povos indígenas e das populações tradicionais, a luta contra o racismo, a oposição à violência policial que atinge os setores mais discriminados, a defesa dos que lutam para que todos tenham seus direitos respeitados e a preservação da memória e da verdade sobre nosso passado autoritário. Este relatório está organizado de forma a mostrar o que fizemos em relação a cada uma dessas questões.

A Comissão Arns sabe que é parte de uma rede extensa e densa de organizações e pessoas dedicadas à defesa dos direitos fundamentais das pessoas. Mas sabe também que sua voz é forte e trata de levá-la onde possa ressoar alto. Por isso, tem se empenhado em fazer denúncias consistentes nos foros internacionais importantes, tais como o Conselho de

Direitos Humanos das Nações Unidas (CDHNU) e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH). As idas ao CDHNU, neste ano, foram possíveis graças à parceria generosa com a Conectas Direitos Humanos, que aqui agradecemos. Nossa atuação internacional abre este relatório.

No plano nacional, a Comissão se faz ouvir por meio de notas públicas, por diferentes formas de acionar o sistema de Justiça, por artigos e entrevistas na mídia e em nossas redes sociais, pela participação em iniciativas de parceiros, pela interlocução construtiva com autoridades dos poderes de Estado, em diferentes níveis da federação. Cada uma dessas formas de agir é aqui descrita.

Ao prestar contas de nossas atividades pela segunda vez, agradecemos a todas as organizações parceiras com as quais compartilhamos compromissos, propósitos e esforços, às entidades que confiaram em nós e nos ajudaram com recursos e às pessoas que nos acompanham e nos fortalecem com seu apoio, críticas ou aplausos.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL



Participação na 43ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, Suíça

A Comissão Arns, em parceria com o Instituto Socioambiental (ISA) e a Conectas Direitos Humanos, organizou a participação do líder Yanomami Davi Kopenawa na 43ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU, no dia 2/3/20, para denunciar a grave situação dos povos indígenas no Brasil, em particular a dos grupos isolados. A CA foi representada por sua diretora executiva e fundadora Laura Greenhalgh.

No período de reunião do Conselho, foi distribuído, em três idiomas (português, inglês e francês), o **testemunho inédito do líder indígena** sobre a invasão do território Yanomami por garimpeiros e a situação dos povos isolados. A CA organizou também painel paralelo e encontro com acadêmicos, estudantes e ativistas para tratar do crescimento ilegal da mineração no território Yanomami. Entre as consequências da atuação ilegal dos garimpeiros que

provocam alta vulnerabilidade dos povos indígenas estão a perda de floresta, a poluição das águas, a proliferação de doenças e a matança de animais.

Participação na 44ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU), sessão virtual

A Conectas e a Comissão Arns apresentaram documento conjunto denunciando as ações e omissões do governo brasileiro diante da pandemia da Covid-19 no Brasil. A manifestação ocorreu no dia 2/7/20, na plenária reservada à participação de organizações sociais. As duas organizações denunciaram, ainda, manifestações antidemocráticas que pediram o fechamento do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal e intervenção militar.

Durante a 44ª Sessão, a manifestação da Alta Comissária de Direitos Humanos, Michelle Bachelet, que externou sua preocupação com os países que negam a gravidade do novo coronavírus, citando

o Brasil, gerou resposta inverídica do governo brasileiro, que foi rebatida por **nota conjunta** da CA e da Conectas.

Participação em Sessão da CIDH da Organização dos Estados Americanos (OEA)

A Comissão Arns teve sua inscrição aceita para participar de audiência pública durante a Sessão Periódica da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) da OEA, realizada em março, visando apresentar a situação dos direitos humanos no Brasil.

Porém, devido à pandemia, a audiência foi substituída por reunião bilateral on-line, em 14/7/20, com o comissário Joel Hernández García, presidente da CIDH e relator para o Brasil. Na reunião, foi tratada a situação dos direitos humanos no governo Jair Bolsonaro e seu agravamento com a pandemia da Covid-19, em especial no que se refere aos povos indígenas e à população negra.

Denúncia de Bolsonaro ao Tribunal Penal Internacional

Em resposta à denúncia de Jair Bolsonaro por “crimes contra a humanidade” e “incitação ao genocídio de povos indígenas do Brasil”, feita pela Comissão Arns e pelo Coletivo de Advocacia em Direitos Humanos em 12/11/19, a Procuradoria do Tribunal Penal Internacional (TPI) comunicou às duas organizações, em 14/12/20, que os fatos **objeto de denúncia das duas entidades ao TPI** estão sob avaliação preliminar de jurisdição.

Nesta fase será analisada a adequação dos crimes informados à jurisdição do TPI. Após a avaliação preliminar da jurisdição, da admissibilidade e dos interesses da Justiça, a procuradora-chefe pode denunciar o presidente Jair Bolsonaro perante o TPI, que fará um julgamento preliminar e, em seguida, poderá ser aberto inquérito oficial. Caso os fatos sejam confirmados, Bolsonaro pode ser submetido a um julgamento e condenado por crimes previstos no Estatuto de Roma.

Denúncia à ONU de apologia à ditadura civil-militar pelo governo brasileiro

A Comissão Arns, a Ordem dos Advogados do Brasil, o Instituto Vladimir Herzog, o Centro de Estudios Legales y Sociales (CELS), o Centro de Estudos sobre Justiça de Transição (UFMG), a Memoria Abierta de Argentina, coordenadora da Red de Sitios de Memoria Latinoamericanos y Caribeños (Reslac), e o Núcleo Estado Democrático de Direito (NEDD) enviaram petição, dia 1/4/20, ao Relator Especial sobre a Promoção da Verdade, da Justiça, da Reparação e das Garantias de Não Repetição do **Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos (ACNUDH)** para investigar e condenar as ações de apologia à ditadura civil-militar e o descumprimento de obrigações normativas pelo governo Bolsonaro.

Carta contra espionagem feita pelo governo brasileiro na COP 25

A Comissão Arns assinou, junto com 90 organizações da sociedade civil e 72 parlamentares brasileiros, carta enviada a Patricia Espinosa Cantellano, secretária-executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC), manifestando indignação diante da presença de quatro agentes secretos do governo brasileiro para monitorar as atividades dos delegados brasileiros e da sociedade civil durante a COP 25, em Madri.

Depois da revelação da espionagem, o ministro da Segurança Institucional do Brasil admitiu que enviou os agentes para monitorar “maus brasileiros” e que continuaria a fazê-lo no futuro.

ATUAÇÃO NACIONAL



JUNTANDO FORÇAS

O Grupo das 6 (G6)

A Comissão Arns é uma das organizações fundadoras do Grupo das 6 (G6), junto com Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e Academia Brasileira de Ciências (ABC).

A aproximação dessas entidades deu-se em março de 2020, como resposta a um convite ao diálogo feito pela CA. Naquele momento, as entidades pactuaram atuar juntas, sempre que necessário, diante dos ataques a instituições e aos protocolos sanitários da Covid-19 por parte do governo.

O grupo defende a adoção de ações conjuntas que contraponham e enfrentem o discurso de ódio e a violência no país, além de estimular campanhas, articulações e mobilizações em defesa da vida e da democracia.

O G6 é responsável pela publicação de dois importantes manifestos:

Em Defesa da Vida, em 27/3/20,

Pacto pela Vida e pelo Brasil, em 7/4/20, que contou com a adesão de mais de cem entidades da sociedade civil e foi entregue a lideranças do Congresso Nacional, ministros do Supremo Tribunal Federal e ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos.

Clique **aqui** para saber mais.



JUNTANDO FORÇAS

Frente Ampla pela Democracia

A Comissão Arns participou da campanha nacional **#BrasilPelaDemocracia**, proposta em parceria com mais de 70 entidades da sociedade civil e dos movimentos sindical, estudantil, político, de direitos humanos e popular.

Entre as ações desenvolvidas pela campanha, está um movimento virtual de mobilização permanente, aberto a distintos setores da sociedade e diferentes linhas políticas, para sensibilizar a população brasileira contra o discurso do ódio e o projeto autoritário em curso, afirmando a democracia.

Foram produzidos e disseminados vídeos com representantes das entidades participantes, com divulgação articulada nas redes sociais durante a *Virada Democrática*, em 4 e 5/7/20, terminando com a *Live pela Democracia*, em 13/9/20.

O **vídeo da Comissão Arns** contou com falas de Antônio Cláudio Mariz, Belisário dos Santos Junior, Laura Greenhalgh, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Luiz Felipe Alencastro, José Carlos Dias e José Vicente.

Webinar Direitos Humanos Importam!

Realizado no dia 10/12/20 em homenagem ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, o **webinar** foi uma iniciativa do G6. Participaram os presidentes e representantes das seis entidades e um elenco de especialistas, que falaram de direitos humanos na perspectiva do seu trabalho e da vida das pessoas. Entre eles, Débora Duprat, Jurema Werneck, Kabengele Munanga, Luiz Eduardo Soares, Mercedes Bustamante e Paulo Buss. O evento foi mediado pelos jornalistas Flávia Oliveira, Juca Kfourir e Rubens Valente.



DEMOCRACIA E LIBERDADES INDIVIDUAIS

Nota Pública #17 – O presidente perdeu a condição de governar, 19/5/2020.

A Comissão Arns entende que Jair Bolsonaro perdeu todas as condições para o exercício legítimo da Presidência da República, por sua incapacidade, vocação autoritária e pela ameaça que representa à democracia. Ao semear a intranquilidade, a insegurança, a desinformação e, sobretudo, ao colocar em risco a vida dos brasileiros, seu afastamento do cargo se impõe.

NP#19 – Em apoio ao STF pela garantia da paz social, 28/5/2020.

Declara apoio e solidariedade ao Supremo Tribunal Federal e ao Poder Judiciário em geral em razão de sua imprescindibilidade como responsável pela aplicação da lei, para elidir conflitos de interesses, com o fim de manter a ordem e a paz sociais, de acordo com a Constituição Federal e com as leis brasileiras.

NP#20 – Em apoio ao STF contra ataques à Corte, 18/6/2020.

Manifesta solidariedade aos membros da Corte e apoio ao STF para que possa, com total independência e sem qualquer constrangimento, continuar a exercer sua função de guarda da Constituição Federal de 1988.

NP#23 – Sobre dossiê sigiloso feito pelo governo, 14/8/2020.

Cobra esclarecimento do governo sobre a lista sigilosa, montada pelo Ministério da Justiça, de 583 nomes de policiais e acadêmicos que teriam feito parte de “movimento antifascismo” e apela ao Supremo Tribunal Federal e ao Congresso para impedir que tais atos continuem.

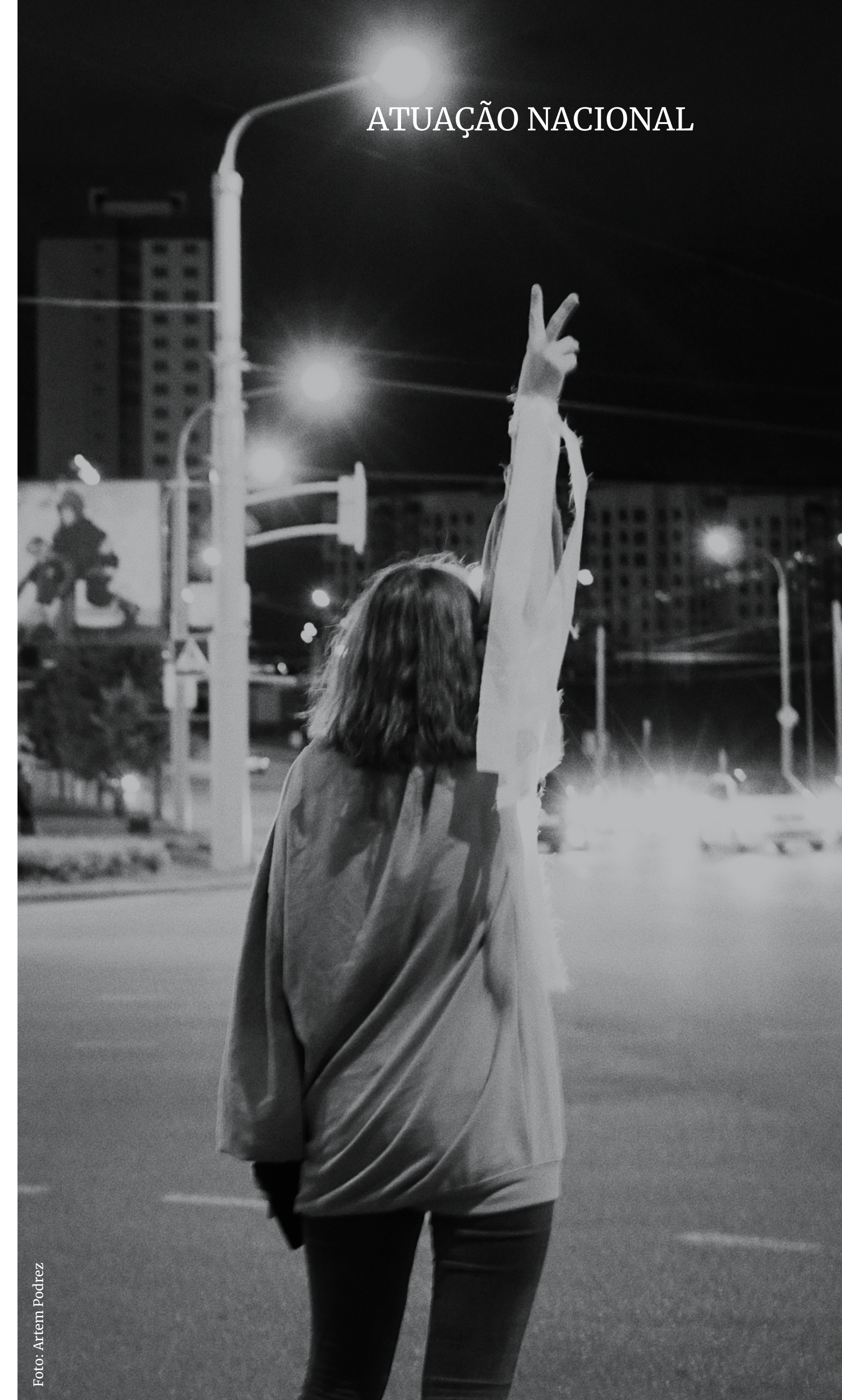


Foto: Artem Podrez

DEMOCRACIA E LIBERDADES INDIVIDUAIS

Enfrentamento do dossiê sigiloso do Ministério da Justiça

A Comissão Arns fez gestões junto ao Conselho Nacional de Direitos Humanos e ao Supremo Tribunal Federal, apresentando memorial no julgamento da cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 722/DF, para suspensão da produção, pelo Ministério da Justiça, de dossiê sigiloso sobre 579 policiais que se autodenominam antifascistas e quatro acadêmicos. Divulgou, ainda, [vídeo](#) apontando a gravidade da violação.

A CA também apresentou representação ao Procurador Regional dos Direitos do Cidadão no estado do Rio Grande do Sul, que abriu inquérito para aprofundar as investigações sobre a elaboração do dossiê sigiloso.

Debate on-line sobre o [Dia Internacional dos Direitos Humanos](#)

Realizado em parceria com o Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo, no dia 14/12/20, o debate promoveu a celebração do dia 10/12/20 com reflexão sobre as conquistas e os retrocessos para a efetivação dos direitos humanos no mundo.



DIREITO À VIDA E OUTROS DIREITOS SOB A COVID-19

NP #14 – Pela saúde dos mais pobres, 25/3/2020

Conclama toda a sociedade a continuar e intensificar as ações solidárias e convoca o Poder Público a cumprir com suas obrigações, no sentido de suprir carências sociais acumuladas em razão da sua incúria.

NP#16 – Apoio à resolução da CIDH sobre a pandemia, 21/4/2020

Convida as entidades de defesa dos direitos humanos no Brasil a tomar conhecimento da resolução da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e divulgá-la, fazendo chegar suas recomendações às autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário federal, estaduais e municipais.

NP #22 – Em apoio aos entregadores por aplicativos, 23/7/2020

Manifesta solidariedade ao movimento dos entregadores por aplicativo e denuncia as inaceitáveis condições de trabalho a que estão submetidos esses profissionais que, em virtude da Covid-19, são hoje portadores de conforto e segurança a milhões de brasileiros.

Defesa das demandas prioritárias da população em situação de rua

O presidente José Carlos Dias apresentou as demandas prioritárias da população em situação de rua ao então prefeito Bruno Covas, obtendo seu compromisso em providenciar atendimento via Secretaria de Assistência e Desenvolvimento Social. Em consequência, a CA levou à secretária de Assistência e Desenvolvimento Social da prefeitura paulistana relação das medidas mais urgentes para atender as necessidades dessas pessoas

durante a pandemia, como acolhimento em hotéis, desburocratização do acesso à renda emergencial, centros de atendimento apropriados para famílias e crianças e fornecimento de alimentação adequada.

Contra videoconferências em audiências de custódia

Envio de ofício, em 17/6/20, ao então presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli, defendendo que não sejam usadas videoconferências em audiências de custódia. A CA entende que, mesmo com as restrições em função da Covid-19, o recurso à videoconferência nas audiências de custódia não supera os problemas que decorrem da não-apresentação física e pessoal de um preso a um juiz no momento imediato à restrição da sua liberdade, com o enfraquecimento das ações de prevenção e combate à tortura.

DIREITO À VIDA E OUTROS DIREITOS SOB A COVID-19

Defesa do direito de visitas a jovens internados no sistema socioeducativo

Pedido de esclarecimentos ao secretário municipal da Saúde da prefeitura de São Paulo, por meio de ofício de 18/12/20, sobre o protocolo de procedimentos ou a orientação da Secretaria de Saúde para assegurar os direitos dos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente o direito de receber visita e informação sobre o tratamento e estado clínico, no caso de jovens e adolescentes internados no sistema socioeducativo e/ou acompanhados de escolta policial.

Participação na Campanha “Nossas Vidas Importam”

A Comissão Arns, representada por Paulo Vannuchi, participou, em 15/5/20, do lançamento virtual da campanha do Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH). Clique [aqui](#) para saber mais.

Participação em evento do Centro Acadêmico da Fundação Getúlio Vargas

A Comissão Arns participou de palestra virtual on-line, sobre “Direitos Humanos em Tempos de Coronavírus”, em 28/5/20. A CA foi representada pelo seu presidente, José Carlos Dias, e os membros Laura Greenhalgh e Luiz Felipe Alencastro.

Clique [aqui](#) para saber mais.



DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

NP #15 – Manifestação sobre Covid-19 e povos indígenas, 31/3/2020

Declara apoio aos povos indígenas e preocupação especial com os povos isolados ou recém-contatados, e reafirma a responsabilidade do Estado na efetivação dos direitos fundamentais da população indígena frente à pandemia da Covid-19.

NP #18 – Apoio à demarcação de terras indígenas, 22/5/2020

Conclama os ministros do Supremo Tribunal Federal a declarar inconstitucional a tese do Marco Temporal, em face do disposto no artigo nº 231 da Constituição Federal de 1988.

NP #21 – Repúdio à omissão e ataques contra indígenas, 22/7/2020

Manifesta indignação e preocupação com a omissão e os ataques do governo

brasileiro aos povos indígenas e solicita ao Supremo Tribunal Federal providências para sua proteção. Reitera, ainda, o pedido para que o Plenário do Supremo declare inconstitucional a teoria do Marco Temporal.

NP #24 – Sobre o despejo no Quilombo Campo Grande, 17/8/2020

Recomenda às autoridades públicas, judiciais e executivas que suspendam qualquer ação da iniciativa privada ou pública, respaldada em decisão judicial ou administrativa, que tenha como finalidade desabrigar famílias e comunidades quilombolas durante o período de pandemia.

Pedido de providências do governo federal para defesa dos indígenas

Envio de ofícios ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, em 5/5/20 e em 20/4/20, solicitando providências e informações sobre a atuação do governo para a proteção

das terras indígenas e da integridade dos povos indígenas, dada a falta de coordenação entre os serviços voltados à proteção da saúde dessas populações.

Defesa dos índios Pataxó habitantes de Eunápolis, na Bahia

Envio de ofício à Subprocuradoria-geral da República da 6ª Câmara para as Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais do Ministério Público Federal pedindo providências para defesa dos índios Pataxó em Eunápolis (BA). A atuação da Comissão Arns contribuiu para que os índios Pataxó não fossem despejados da área que ocupam na Bahia.

DIREITOS DOS POVOS INDÍGENAS E POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Defesa de dois jovens indígenas presos injustamente em Paraty

Articulação com a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro da defesa de dois jovens indígenas da aldeia Itatim, em Paraty, acusados de tentativa de furto de gaze, álcool em gel, esparadrapo, saboneteira e tesoura do posto médico da aldeia. Os jovens ficaram presos por quase quatro meses. Sua liberdade foi concedida pela Justiça após ampla mobilização de organizações sociais.

Assinatura de manifesto em defesa das populações indígenas

Lançado pelo fotógrafo Sebastião Salgado e sua esposa Lélia Wanick, o documento afirma que, sem proteção contra o novo coronavírus, os índios sofrem um risco real de genocídio, por meio de contaminação provocada por invasores ilegais em suas terras. Além de assinar o manifesto, a Comissão Arns também ajudou na sua divulgação nas redes sociais.

Contribuição à resolução sobre direitos dos povos indígenas isolados

Em 10/12/20, o Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNHD) aprovou a Resolução nº 44, que trata dos princípios, diretrizes e recomendações para a garantia dos direitos humanos dos povos indígenas isolados e de recente contato, bem como para salvaguarda da vida e o bem-estar desses povos. O documento recebeu contribuições de várias organizações e entidades, entre elas, a Comissão Arns.



RACISMO

NP #26 – Apoio a políticas de ações afirmativas em empresas, 1/10/2020

Cumprimenta empresas, escritórios de advocacia e organizações da sociedade civil que adotam programas de inclusão, reservando vagas de trabalho para negros. Afirma que ações afirmativas que garantam oportunidade de emprego a pessoas discriminadas pelo racismo e desvalorizadas pelo preconceito de classe precisam aumentar para que o Brasil avance como sociedade.

NP #29 – Pela vida perdida de João Alberto, 20/11/2020

Repudia a morte, por espancamento brutal e manobras de asfixia, de João Alberto Silveira Freitas dentro de supermercado Carrefour, em Porto Alegre (RS), exige que o crime seja apurado com rigor, que seja averiguada a responsabilidade do supermercado pela contratação de empresa de segurança adepta de tratamento desumano e alerta a sociedade para a escalada de violência contra a juventude pobre e negra.

Racismo em shopping na Ilha do Governador (RJ)

Envio ao Subprocurador de Assuntos Criminais e Direitos Humanos do Ministério Público do estado do Rio de Janeiro de pedido de apuração de racismo contra o entregador Matheus Fernandes, praticado no shopping Ilha Plaza, na Ilha do Governador, Rio de Janeiro, em 6/8/20.

Racismo em sentença judicial em Curitiba (PR)

Envio de ofício à Corregedoria Geral da Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná, em agosto, solicitando providências disciplinares diante das considerações racistas e preconceituosas formuladas pela juíza Ines Marchalek Zarpelon em sentença em processo na 1ª Vara Criminal do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba.

Em resposta, a Corregedoria informou, em 20/8/20, haver instaurado “reclamação disciplinar em desfavor da magistrada, a fim de apurar os fatos narrados”.

Ato interreligioso e ecumênico Minha Fé é Antirracista

Realizado em 20/12/20, em parceria com organizações do movimento negro, religiosas e de direitos humanos, como Conectas Direitos Humanos, Coalização Negra por Direitos, CNBB, Conic e Frente de Evangélicos pelo Estado de Direito, o ato pretendeu reforçar o chamado feito pelo movimento social negro para o compromisso antirracista real e concreto, que não seja reativado apenas quando uma pessoa negra seja vítima de um resultado nefasto do racismo: a eliminação de sua vida.

Apoio à Campanha Movimento Ar contra o racismo

A Comissão Arns apoiou a campanha lançada pela organização Afrobrás, a Iniciativa Empresarial Pela Igualdade Racial e a Universidade Zumbi dos Palmares em 30/6/20. A campanha visa promover mudanças nas atitudes visando a eliminação do racismo.

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E ABUSO DE AUTORIDADE

NP #30 – Em defesa do Comitê de Prevenção e Combate à Tortura, 27/2/2021

Denuncia a indicação, feita pelo governo Bolsonaro, de dois militares sem qualquer competência em direitos humanos para cargos de coordenação no Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (CNPCT). Considera que essas escolhas configuram um gesto no sentido de militarizar e controlar uma estrutura civil pública, desviando-a de seus propósitos originais.

Ingresso como Amicus Curiae no STF contra decreto presidencial

Em parceria com o Instituto de Defesa do Direito de Defesa Marcio Thomaz Bastos (IDDD), em 19/3/20, a Comissão Arns ingressou como *Amicus Curiae* na ação, em trâmite no Supremo Tribunal Federal, que defende a autonomia do Mecanismo de Prevenção e Combate à Tortura,

em consequência dos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil e do dever constitucional de defesa de pessoa humana contra a tortura.

Abuso de autoridade de desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo

Envio de ofício ao corregedor nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, em 22/7/20, requerendo providências disciplinares para conduta do desembargador Eduardo Siqueira, do Tribunal de Justiça de São Paulo, por desacato e abuso de autoridade por ele praticados contra os guardas civis Cícero Hilário e Roberto Guilhermino, em Santos (SP).

Violência contra mulher praticada em audiência judicial em Florianópolis (SC)

Encaminhamento de ofício à Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça, em 10/11/20, solicitando providências disciplinares para a conduta do juiz de direito Rudson Marcos, da 3ª Vara Criminal da Comarca de Florianópolis do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, na audiência judicial do processo criminal movido pelo Ministério Público estadual contra André de Camargo Aranha. Na audiência, a vítima e youtuber Mariana Borges Ferreira (Mariana Ferrer) foi objeto de agressões e constrangimentos misóginos por parte do advogado de defesa, diante da omissão do juiz.

VIOLÊNCIA POLICIAL, TORTURA E ABUSO DE AUTORIDADE

Reprovação de violência policial sistemática em São Paulo

Envio de ofício ao secretário de Segurança Pública de São Paulo solicitando a apuração e o fim da violência policial sistemática ocorrida no estado e na cidade de São Paulo nos meses de junho e julho. Ao mesmo tempo, a Comissão Arns pede a adoção de uma agenda mínima para requalificação dos serviços de segurança pública, com a reafirmação do controle social, das práticas preventivas e dos instrumentos de denúncia e apuração das condutas abusivas.

Assassinato de Rogério Ferreira da Silva Júnior por policiais, em São Paulo (SP)

Envio de ofício ao secretário de Segurança Pública de São Paulo, em 11/8/20, pedindo apuração e responsabilização pela morte do jovem Rogério Ferreira da Silva Júnior, na capital paulista, ao ser abordado por dois policiais militares da Ronda Ostensiva em São Paulo.

Condenação da liberalização do uso de armas pelo governo federal

A Comissão Arns, em parceria com o Instituto Sou da Paz e o Instituto Igarapé, realizou campanha para barrar o projeto de lei do governo federal no Congresso Nacional, proposto pelo então ministro da Justiça e Segurança Pública Sergio Moro, e conhecido como “pacote Moro”. A proposta visava alterar o Estatuto do Desarmamento, o Código Penal, a Lei de Segurança Bancária e a Lei de Segurança Nacional, modificando regras do registro, cadastro e porte de armas de fogo e liberalizando seu uso.

A campanha buscou dar visibilidade e estimular o debate sobre o porte de armas, na imprensa e pela sociedade.



AMEAÇAS A DEFENSORES DE DIREITOS HUMANOS

NP #25 – Em apoio ao Pe. Júlio Lancellotti, 18/9/2020.

Solicita às autoridades de segurança estaduais e municipais de São Paulo que garantam proteção ao padre Júlio Lancellotti, que sofreu ameaças em virtude de seus esforços para minimizar os efeitos da pandemia junto aos que não podem dela se defender.

Defesa das organizações sociais que atuam na Amazônia

A Comissão Arns divulgou **manifesto em defesa das organizações** da sociedade civil diante da intenção do governo federal de controlar, até 2022, as organizações sociais que atuam na região amazônica.

A CA também divulgou **vídeo** nas redes sociais sobre os diversos controles a que são submetidas as organizações sociais no Brasil.

Ameaças a lideranças e violências contra população em situação de rua

A Comissão Arns enviou ofício ao secretário de Segurança Pública de São Paulo solicitando apuração da abordagem policial abusiva contra a advogada Juliana Costa Hashimoto Bertin, da Pastoral do Povo da Rua da Arquidiocese de São Paulo. O ofício solicita, ainda, a adoção urgente de medidas para coibir as condutas abusivas de abordagem das pessoas em situação de rua, por serem manifestadamente incompatíveis com a garantia da dignidade da pessoa humana.

O presidente da CA reuniu-se com o arcebispo da Arquidiocese de São Paulo, Dom Odilo Pedro Scherer, para tratar da importância da Pastoral do Povo de Rua e da atuação do padre Júlio Lancellotti para o enfrentamento das violações contra as pessoas em situação de rua, especialmente para mitigar as consequências da pandemia.

Apoio ao prêmio Marielle Franco, promovido pela editora Contra Corrente

A Comissão Arns apoiou a edição do prêmio Marielle Franco por meio de diversas ações de divulgação.

DIREITO À MEMÓRIA E À VERDADE

NP #27 – Em repúdio aos elogios de Mourão a Brilhante Ustra, 9/10/2020.

Repudia a manifestação e considera que, com o pronunciamento, o vice-presidente Hamilton Mourão conspurca a honra dos militares brasileiros, constrange a nação e desrespeita a memória dos que foram torturados ou morreram por responsabilidade de Ustra, torturador condenado pela Justiça.

NP #28 – Em apoio à Comissão Nacional da Verdade, 5/11/2020.

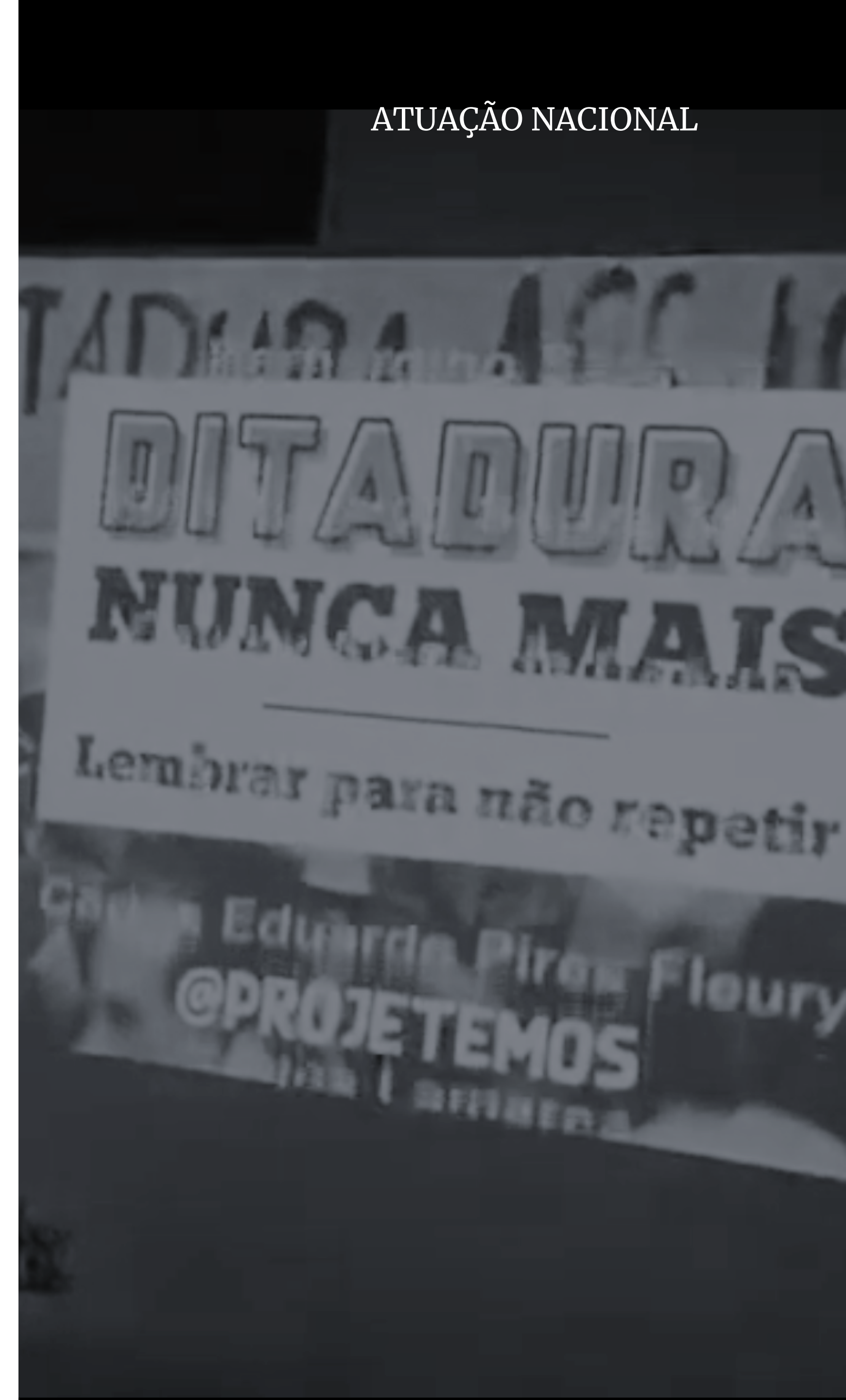
A Comissão Arns considera que, ao entregar seu relatório final à presidente Dilma Rousseff, em 10/12/14, a Comissão Nacional da Verdade (CNV) transferiu ao país seu legado na apuração de graves violações de direitos humanos ocorridas entre duas constituições democráticas, de 1946 e de 1988, para que o passado autoritário não se repita e que a nação se reconcilie em torno da Justiça, do estado de direito e da democracia.

Grupo de Trabalho Memória e Verdade do Ministério Público Federal

Participação no Grupo de Trabalho sobre Memória e Verdade, instaurado pela Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF) para atuar na observância da Lei nº 9.140/1995 (Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos), Lei nº 10.559/2002 (Comissão de Anistia) e Lei nº 2.528/2011 (Comissão Nacional da Verdade) e no cumprimento das decisões internacionais em direitos humanos pelo Estado brasileiro.

Apoio às manifestações da Vigília pela Democracia 2020

Promovida pelo Instituto Vladimir Herzog e pelo Núcleo da Memória como reedição da Caminhada do Silêncio, realizada em 2019, a Vigília contou com diversas manifestações on-line no dia 31/3/20. A Comissão Arns contribuiu com a preparação e divulgação da Vigília pela Democracia 2020 nas redes digitais.



A COMISSÃO ARNS NA MÍDIA

A presença da Comissão Arns na mídia cresceu consideravelmente no período. De março de 2020 a fevereiro de 2021, foram registradas 866 publicações em órgãos da imprensa brasileira e estrangeira – entre jornais, revistas, noticiário on-line, TVs, rádios e podcasts – sobre as diversas ações da CA. Isso representa quase o dobro de exposição em relação ao período anterior, em que foram divulgados 488 notícias ou artigos.

A ação internacional que teve mais repercussão foi a ida, com o líder Yanomami Davi Kopenawa, à 43ª Sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU. Na ocasião, Kopenawa denunciou o risco de genocídio dos povos indígenas isolados.

A ação gerou 59 matérias e saiu em diversos países da Europa e da América do Sul. Destacaram-se notícias em veículos como a Radio France Internationale, os jornais Clarín, Tribune de Genève, a Agência Ansa, Página 12 e Agência Lusa.

Internamente, o evento na ONU também foi bastante divulgado, sendo destaque nos veículos GGN, Carta Capital, Carta Maior, Rede Brasil Atual, Observatório do Terceiro Setor e TVT.

No Brasil, a nota Em Defesa da Vida e o manifesto Pacto pela Vida e pelo Brasil, assinados pelo G6, foram as ações mais

divulgadas, tanto na imprensa quanto nas redes sociais. Mereceram 207 matérias ou artigos em jornais, revistas, TV, rádios, mídia nacional e veículos on-line e outros impactos na web. Teve especial repercussão a entrega do Pacto pela Vida e pelo Brasil ao então presidente do Supremo Tribunal Federal, Dias Toffoli, com 107 matérias.

Na televisão, a reunião pautou dez telejornais: o Jornal Nacional e o Jornal da Globo; três jornais na GloboNews; três na CNN; um no SBT e um na TV Justiça.

Valeu, ainda, 93 publicações em portais on-line, como O Globo, O Estado de S. Paulo (blog do Fausto Macedo), Folha de S. Paulo, Valor Econômico, G1, UOL, HuffPost Brasil, Jovem Pan e CNN.

Nas redes sociais, a postagem sobre a entrega do Pacto ao ministro Dias Toffoli que teve mais repercussão foi a da CNN Brasil, no Twitter, que recebeu 171 comentários. O Twitter, por sinal, foi a rede com maior engajamento, concentrando 80% das publicações.

A Nota Pública nº 17 – O presidente perdeu a condição de governar recebeu um destaque especial. Datada de 18/5/20, foi publicada simultaneamente nos quatro principais jornais do país e replicada em outros 20 veículos nacionais e três internacionais.

AÇÕES DE MAIS REPERCUSSÃO

120 matérias

Em Defesa da Vida

107 matérias

Entrega do Pacto pela Vida e pelo Brasil ao ministro Dias Toffoli

87 matérias

Manifesto Pacto pela Vida e pelo Brasil

59 matérias

Ida a Genebra com Davi Kopenawa

The background of the left half of the image is a dark red field with a pattern of faint, semi-transparent social media icons. Visible icons include the Instagram camera, the Twitter bird, the Facebook 'f', and the YouTube play button. The text 'MÍDIAS DIGITAIS' is centered horizontally across the middle of the image, with 'MÍDIAS' in white and 'DIGITAIS' in red. The right half of the image is a solid white background.

MÍDIAS DIGITAIS

SITE DA CA

Total de posts no blog do site: **224**

Posts no período: **117**

Crescimento de **190%** em relação ao período anterior, atingindo um

total de **224** posts.

No período, foram emitidas 17 Notas Públicas, um crescimento de

130% em relação ao período anterior, atingindo um total de 30 NPs.

BLOG DA CA NO UOL

Total de publicações: **176**, entre artigos e notas públicas.

Publicações novas no período: **70**

MAIS VISTOS

- A festa não pode parar. Mesmo com mortos na sala, por Vladimir Safatle (**22.600**)
- Nota Pública # 27 – Em repúdio à manifestação de Mourão exaltando Ustra (**19.400**)
- Toffoli: liberada a celebração da ditadura pelo governo, por Paulo Sérgio Pinheiro (**7.600**)
- A extrema direita cristã no Brasil, por Paulo Sérgio Pinheiro (**6.200**)
- Nota Pública #19 – Em apoio ao STF e ao Poder Judiciário (**4.500**)

YOUTUBE

Vídeos publicados: **33**

Total de inscritos: **67**

Total de visualizações: **1.230**

MAIS VISTOS

- Nota Pública #29 – Pela vida perdida de João Alberto
- Entidades divulgam “Pacto pela vida e pelo Brasil”
- Webinar Direitos Humanos importam!

TWITTER

Total de seguidores: **2.219**

Seguidores novos no período: **1.651**

Crescimento de **290%** em relação ao mesmo período anterior (568)

Posts no período: **589**

Visualizações no período:
401.000

MAIS VISTOS

- Dossiê antifascista (**23 mil**)
- Anexação da Cisjordânia por Israel (**23 mil**)
- Ministra Damares não calará a sociedade civil (**19 mil**)
- Basta! (**11 mil**)

FACEBOOK

Total de seguidores: **3.859**

Seguidores novos no período: **2.574**

Crescimento de **150%** em relação ao mesmo período anterior (1.285)

Posts no período: **623**

Visualizações no período: **528.813**

Compartilhamentos: **12.420**

Curtidas: **58.160**

MAIS VISTOS

- **NP #17** – O presidente perdeu a condição de governar (**23.060**)
- **NP #29** – Pela vida perdida de João Alberto (**13.292**)
- **NP #27** – Em repúdio à manifestação de Mourão (**12.885**)
- Manifesto Pacto pela Vida e pelo Brasil (**9.485**)

INSTAGRAM

Total de seguidores: **2.088**

Seguidores novos no período: **1.000**

Crescimento de **100%** em relação ao mesmo período anterior.

Postagens (posts + stories) no período:
820

Visualizações dos posts no período:
111.087

Posts no período: **200**

Stories no período: **620**

MAIS VISTOS

- Organizações pedem à ONU investigação por apologia ao golpe militar
- NP #22 – Em apoio aos entregadores por aplicativo
- Campanha Um ano de Comissão Arns (vídeo)



COMISSÃO ARNs

 Sede: Av. Santos Dumont, 843 - Bom Retiro,
São Paulo - SP, 01101-000

 comissaoarns.org

 www.facebook.com/ComissaoArns

 www.instagram.com/comissaoarns

 WhatsApp: 00 55 11 97211-0717

 comissaoarns@comissaoarns.org